

Eixo Temático

2. Educação no Campo e Políticas Públicas

Título

PERSPECTIVAS, IMPASSES, AVANÇOS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA COMUNIDADE SANTIAGO DO IGUAPE – BAHIA

Autora

Jaíne Kelly dos Santos Moreira

Instituição

Faculdade Adventista da Bahia

E-mail

jainykely@hotmail.com

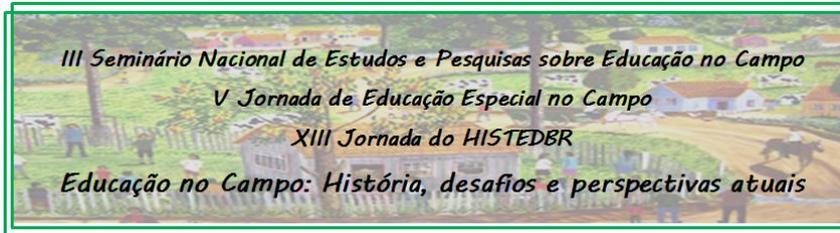
Palavras-chave

Perspectivas; Impasses; Avanços e Educação do Campo.

Resumo

O objetivo desse trabalho é refletir a perspectiva da comunidade, dos professores e alunos, quanto ao processo educacional, os impasses para o cumprimento da educação escolar, as medidas educacionais legalmente tomadas para contribuir com o desenvolvimento físico, intelectual, cultural dos estudantes da Escola Municipal Santiago do Iguape. Além disso, buscam-se analisar possíveis avanços na educação e na própria comunidade que está inserida, relatando quais eram suas dificuldades iniciais e o que não mudou até então. Santiago do Iguape, localizada no município de Cachoeira/Bahia, é a comunidade quilombola, sua economia é proveniente da pesca e dos mariscos. O trabalho foi desenvolvido através da visita técnica observacional, entrevista coletiva ao corpo docente e alunos, dialogando com a bibliografia de autores que tratam da temática. A partir deste artigo, podemos concluir que desafios e impasses sempre existirão para uma educação com qualidade, houve um avanço no surgimento das diretrizes operacionais para educação do campo, agora, cabe aos órgãos públicos exercerem o que foi posto no papel.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Texto Completo

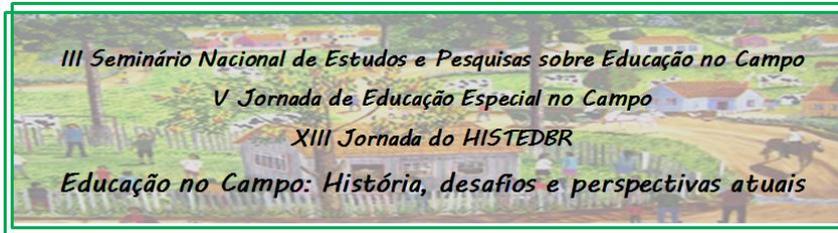
A comunidade rural de Santiago do Iguape está situada a 110 km de Salvador, capital da Bahia, próximo à cidade de Cachoeira, as margens da Baía do Iguape e possui por volta de 3.000 habitantes de acordo ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), subdividida em mais dez comunidades próximas. Santiago do Iguape é uma comunidade remanescente quilombola, marcada por um histórico de luta pelo acesso a terra. A referida comunidade, fundada pelos padres jesuítas no ano de 1561, é composta, em sua maioria, de pescadores e pequenos agricultores.

Um marco histórico para a comunidade é a igreja católica de Santiago do Iguape, que foi presenteada pelos portugueses aos moradores no início do século XIX. A diversidade cultural na comunidade é prestigiada pelo público da própria comunidade e de outras regiões, os moradores valorizam e tem orgulho da cultura local, como o grupo de Samba de Roda Suspiro do Iguape, a religiosidade expressada através do candomblé, feira de cultura afro-brasileira, encontros de cultura negra, grupos de quadrilha, etc.

Segundo relatos da professora Maria Santos¹, “há uma mistura cultural na comunidade e na escola, devido às comunidades que são ex-engenhos”, além disso, ela relata que “a fé, religião, a imagem de São Tiago, São Cosme, São Tomé, o caruru, as rodas de samba, a quaresma, a pesca artesanal, tem um grande significado para toda a comunidade”. A professora Maria Santos, acrescenta que, “Santiago do Iguape conta com pontos comerciais, onde há bebidas e mercearias, duas pousadas, o movimento maior é na praça principal que possui uma academia ao ar livre, quadra poliesportiva e um palco para eventos”.

Tomando como ponto de partida os relatos da professora Maria Santos, nota-se que a comunidade de Santiago do Iguape possui um histórico de luta na busca dos seus direitos quanto à educação, qualidade de vida, sobrevivência através da pesca e dos mariscos, além da preservação da sua cultura. Vale destacar que, no quesito educacional, existem no Iguape quatro unidades escolares que atendem desde a Educação Infantil até uma escola estadual de Ensino Médio.

¹Todos os nomes apresentados nesse artigo são fictícios para preservar a identidade dos participantes.



A proposta desse artigo é refletir sobre a comunidade de Santiago do Iguape, apresentando um pouco da sua cultura local, a sua prática educativa, os impasses, avanços e desafios para a construção de uma educação com qualidade e igualitária, na concepção da educação do e no campo. Segundo Arroyo *et. al* (2009):

Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade deste movimento por uma educação do campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

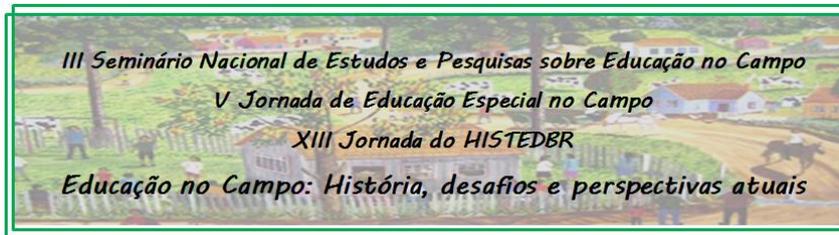
Todos tem o direito a uma educação digna e de qualidade, e a luta em busca disso é árdua e ancestral. A educação do campo não pode ser tratada como um favor ou caridade aos povos que vivem no campo é um direito, tanto aos que vivem na cidade quanto aos que vivem no campo. Os povos do campo são, segundo Arroyo *et al.* , (2009):

Herdeiros e continuadores da luta histórica pela constituição da educação como um direito universal, de todos: um direito humano, de cada pessoa [...]. E como direito, não pode ser tratada como serviço nem como política compensatória; muito menos como mercadoria.

A Escola Municipal Santiago do Iguape, é uma pequena escola que atende em média 300 alunos, sendo do Ensino Fundamental II durante o dia e Educação de Jovens e Adultos (EJA), que é destinada em especial ao público que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, que funciona no turno da noite.

Inicialmente, o artigo foi baseado em pesquisas bibliográficas de autores de livros e artigos já publicados, que tratam da temática. Ademais, concluímos o trabalho a partir da visita técnica observacional, entrevista coletiva ao corpo docente e alunos.

O objetivo desse trabalho é refletir a perspectiva da comunidade, dos professores e alunos, quanto ao processo educacional, os impasses para o cumprimento da educação escolar, as medidas educacionais legalmente tomadas para contribuir com o



desenvolvimento físico, intelectual, cultural dos estudantes da Escola Municipal Santiago do Iguape.

Perspectivas da Comunidade e da Escola

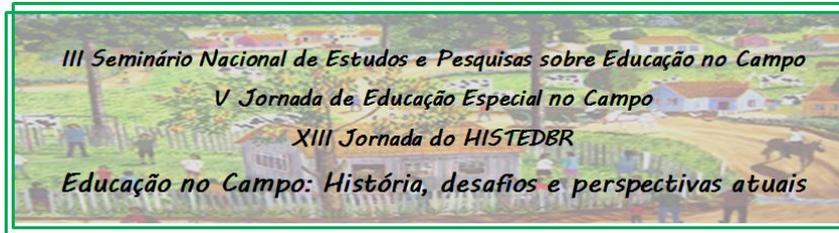
No âmbito da educação escolar, é perceptível que há necessidades básicas para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças e adolescentes como: princípios de igualdade, liberdade, respeito, relação entre professor e aluno, uma escola bem estruturada, merenda escolar, material didático, professores qualificados, transporte escolar, quando necessário, entre outras. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 de 1996, artigo 4º, inciso VIII e IX, diz que é dever do Estado à garantia do:

[...] atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde e padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Referente à Escola Municipal Santiago do Iguape, os pais dos alunos, a comunidade e o corpo docente possuem expectativas que, em linhas gerais, já existem teoricamente escritas para a melhoria da educação, como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, Diretrizes Operacionais da Educação do Campo de 2002 e 2008, no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente. Todo este aparato legal visa o desenvolvimento das crianças e adolescentes que estão frequentando os bancos escolares. Entre outras coisas, a legislação é bastante contundente no quesito alimentação escolar como dever do Estado. Segundo a lei de número 11.947 de 2009, a “alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vistas no atendimento das diretrizes estabelecidas nesta Lei”.

Não obstante, esse direito prescrito na lei, a diretora da escola em estudo Amélia Santos afirma:

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015

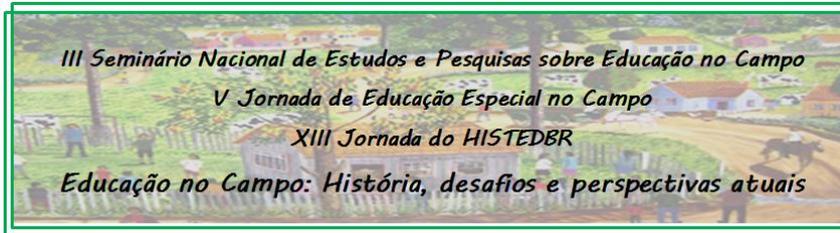


A verba destinada à merenda escolar não é o suficiente para atender a toda a demanda das crianças que estudam na escola, e a merenda é esporádica, faltam alimentos, e em alguns casos, só acontece porque é trazido da sua própria residência.

Diante dessa realidade, alguns alunos procuram levar sua alimentação de casa para não passar fome durante o tempo que ficam na escola. A aluna Milena Borges, moradora de uma comunidade distante de Santiago do Iguape, relatou: “sempre trago meu lanche de casa, pois, saio muito cedo e não tenho tempo de me alimentar quando acordo”. Ela sabe que ao chegar à escola nem sempre há merenda. Já a aluna Camila Pereira, residente no Iguape, afirmou que tem colegas em sua sala que não se alimentam ao sair de casa e nem na escola, então, várias vezes ela leva colegas para lanche na sua casa. De acordo com a revista escola pública:

O Censo Escolar da Educação Básica 2012, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), 8,68 milhões de alunos utilizam transporte público escolar para chegar aonde estudam. Isso representa 17,2% do total de 50,54 milhões de alunos matriculados. A grande maioria - 5,76 milhões de estudantes - é transportada de ônibus.

O transporte público que faz a condução dos alunos da escola às suas residências, apesar de ofertado, seguindo a determinação legal, que delega a constituição Federal, os Estados e os Municípios ceder o transporte escolar, não é suficiente para a demanda da comunidade que ultrapassa a quantidade. Ademais, o ônibus está em um estado decadente, colocando as crianças em risco. Conforme a diretora da escola, “o ônibus atende quase cinquenta alunos do fundamental, além dos alunos do ensino médio”. Ao questionar os alunos quanto ao seu percurso da escola a residência, a aluna Milena Borges afirmou que anda mais de trinta minutos até o ponto de embarque e desembarque, e chega à escola cansada e suada pelo percurso que faz, e acrescentou: “as estradas são de terra e quando chove é ainda pior”. A exaustiva caminhada até o ponto do transporte escolar, as más condições dos veículos utilizados pelos alunos, as estradas, a lotação e a falta de segurança, são fatores que dificultam a aprendizagem dos alunos que dependem do traslado para estudar. Uma vez que, os



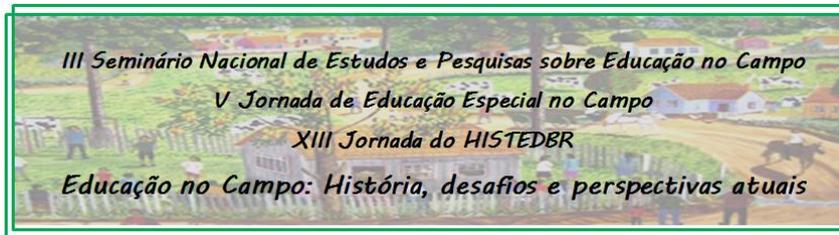
próprios alunos nos relatos a cima, afirmam que “atrapalham” no rendimento escolar, através do cansaço, fadiga e escassez de transporte público.

A respeito da formação dos professores, a diretora Amélia Santos, afirmou: “os professores não têm qualificação específica, a maioria são formados em pedagogia, um ainda está em processo de formação, e há uma professora formada em letras”. Ela ainda acrescenta que não há formação continuada adequada, o que existe na escola é uma formação continuada interna, onde o grupo passa o seu conhecimento para os outros. Entretanto, de acordo a LDBEN 9.394/96, no artigo 62, parágrafo 1º, assevera: “[...] a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério”. Ainda no artigo 67, inciso II, a legislação assegura aos profissionais o “aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim”.

Segundo a diretora Amélia Campos, a unidade escolar “foi registrada em 1981 em diário oficial, entretanto, há pessoas com mais de oitenta anos de idade que afirmam terem estudado nessa escola”, e a professora de geografia, Josefa Silva, diz “que a escola de Santiago do Iguape, é uma escola também familiar, pois, a mãe dela ensinou na escola, os primos e sobrinhos estudaram e estudam na escola”.

Observando a estrutura da escola, nota-se dois banheiros identificados, há uma única sala para o professor, diretora e secretária. Não há biblioteca e sala de informática na escola. Quanto aos materiais didáticos, a diretora afirma que “não são voltados para a educação quilombola, porém, os professores adaptam na sala de aula e outros trazem seu próprio material em fotocópias para a escola”. O perfil do aluno da Escola Municipal Santiago do Iguape é primeiramente, ser filho de pescador, marisqueiro, agricultor. Alguns alunos são de comunidades próximas e seus pais trabalham com outras especiarias, como o dendê.

A diretora afirma que: “os alunos vêm de comunidades próximas para estudar em Santiago do Iguape, e algumas comunidades são bem distantes”. E segundo Arroyo (2009), “a perspectiva da educação do campo é exatamente a de educar este povo, estas pessoas que trabalham no campo, para que se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino”.Ao refletirmos sobre a educação do



campo, existe, um pensamento que a educação é somente voltada às práticas do campo. Entretanto, a educação do campo, segundo Arroyo *et al.*, (2009):

É uma reflexão que reconhece o campo como lugar onde não apenas se reproduz, mas também se produz pedagogia; reflexão que desenha traços do que pode se constituir um projeto de educação ou de formação dos sujeitos do campo.

Além disso, a educação do campo não deve ser isolada e sem significado, ela deve ser pensada nos sujeitos que vivem no campo, respeitando suas particularidades culturais. E segundo o Arroyo *et al.* (2009):

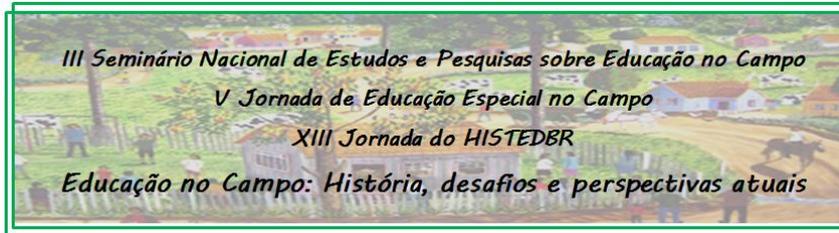
O movimento por uma educação do campo se afirma como um basta aos “Pacotes” e à tentativa de fazer das pessoas que vivem no campo instrumentos de implementação de modelos que as ignoram ou escravizam. Basta também desta visão estreita de educação como preparação de mão-de-obra e a serviços do mercado. Queremos participar diretamente da construção do nosso projeto educativo; queremos aprender a pensar sobre a educação que nos interessa enquanto seres humanos, enquanto sujeitos de diferentes culturas, enquanto classe trabalhadora do campo, enquanto sujeitos das transformações necessárias em nosso país, enquanto cidadãos do mundo [...].

A educação é essencial para todos os sujeitos inseridos no mundo, ela é tão importante quanto qualquer órgão que funcione no corpo humano, pois, é através da educação que somos preparados para as demandas que são postas no dia a dia. O acesso á essa educação não é somente para a elite, todos tem o direito de pensar, decidir, agir, estudar, ler e escrever. A educação é sempre além, ela abre portas e assegura outros direitos.

Impasses para uma Educação do Campo

É notório que na educação básica do campo, existem modalidades que atendam uma população rural, harmonizando suas necessidades através das suas características próprias de vida no campo. Entre as modalidades contidas na LDBEN, artigo 28, podemos destacar três ações pedagógicas:

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes da zona rural; organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; adequação à natureza do trabalho na zona rural.

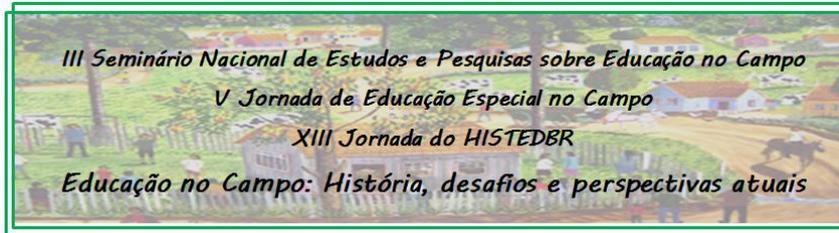
Além da LDBEN, as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (2002), em seu parágrafo único, afirma que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

A Escola Municipal de Santiago do Iguape, de ascendência quilombola, mantém um calendário de acordo a realidade da pesca e do plantio da comunidade. Segundo a diretora da escola Amélia Santos, “a escola não tem horário fixo, pois, os professores só iniciam as aulas, quando os alunos chegam, principalmente quando os alunos precisam ir para a maré pescar de madrugada com seus pais”.

Quanto aos livros didáticos que são trabalhados em sala de aula, a professora Elena Novais afirma que: “são livros do governo e da educação urbana, e que é preciso adaptar até a linguagem para a educação do campo”. A grade curricular da escola, conforme a diretora Amélia Santos, “é adaptada para atender as necessidades de ambos, tanto para educação do campo, quanto para educação quilombola”. A mesma ainda confirma que “na realidade o que a LDBEN exige, não é totalmente seguido na prática”, e a própria diretora questiona, “onde estão os materiais que a própria LDBEN assegura para o cumprimento da educação escolar do campo? se o que chega à escola são livros próprios para a educação na cidade”.

Efetivamente, há leis que dão uma obrigatoriedade para assegurar uma formação para o exercício da cidadania de todos. Entretanto, a carência que a escola possui é exatamente pela não realização do que foi votado pela Constituição Federal e publicado em um diário oficial. O que fazer para que as leis funcionem no Brasil? É uma resposta difícil para explicar, tendo em vista que a educação não esteja nas prioridades dos



governantes. A educação não tem a relevância necessária para que haja investimentos absolutos aos olhos de quem está à frente da própria lei.

Avanços e Desafios

A partir da trajetória da educação do campo, houve algumas conquistas que vale relembrarmos, entre elas, Molina e Célia (2012) ressalta que:

Pode-se considerar como avanços as conquistas alcançadas no âmbito da garantia do direito à educação para os camponeses; os programas educacionais destinados a estes sujeitos sociais; a inserção do tema na agenda de pesquisa das universidades públicas brasileiras; o aprofundamento da articulação entre diferentes movimentos sociais e instituições a partir da criação do Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec).

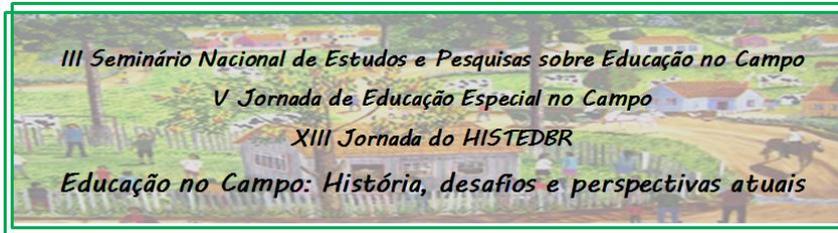
Temos como avanços as próprias legislações, que dão autenticidade ao cumprimento da educação aos sujeitos do campo. Ressaltamos que, essas leis e diretrizes para a educação do campo foram e são de suma importância para a educação dos pescadores, marisqueiros, agricultores, quilombolas, assentados, etc.

Um avanço legal na educação do campo, porém, de acordo a professora Maria Santos: “muito adquiriu e muito falta, na educação do campo de Santiago do Iguape”. Ao questioná-la quanto os desafios iniciais, respondeu:

Inicialmente a estrada que dá acesso à comunidade não tinha asfaltamento, hoje tem, porém os alunos que vêm de outras comunidades próximas não possuem a mesma sorte ainda e por muitas vezes a estrada foi interditada.

Para exemplificar a situação do asfaltamento, a professora Maria Santos contou que “em certa feita, ela precisou empurrar o carro por três quilômetros na chuva, até a cidade de Cachoeira para realizar uma prova”. É perceptível que a complicação do transporte não é somente com os alunos, os professores também enfrentam desafios diários para chegar ao local de trabalho. Todavia, a prefeitura favorece o auxílio transporte para todos os professores que não residem próximo ao local. Um grande desafio para a professora Josefina Silva, “é a falta de valorização e uma remuneração digna, o salário não atrasa, mas também não há reajustes”. Realmente, “uma

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015

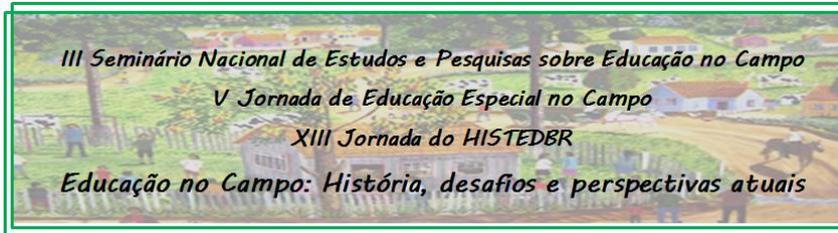


remuneração digna” ainda é um pedido de todos os professores, seja do campo ou da zona urbana, pois, a desvalorização docente é evidente em todos os casos. A carga horária excessiva, condições de trabalhos precários, falta de uma educação continuada com auxílio, descanso, em alguns casos o atraso salarial, são elementos que depreciam a profissão do educador.

A diretora Amélia Santos diz que, “a falta de uma sala para atender as demandas dos professores e da própria diretora, é um fato que incomoda o corpo docente da escola”. Ao questionar a professora Maria Santos, se os alunos sentem vontade de continuar na escola, a mesma afirmou que sim. No entanto, a diretora da escola Amélia Santos, disse que “há alunos que querem ir embora da comunidade e mudar de escola, pois, não possuem habilidades com a pesca”. Para o aluno João Marcos, as suas principais dificuldades são: “as faltas que ele sempre recebe na escola, devido chegar tarde ou às vezes nem ir por conta da pescaria com seu pai, e prefere estudar nas escolas de Salvador, porque tem merenda e ensino de primeira qualidade”. Visto que na maioria das falas, os alunos afirmaram que preferem ser educados nas escolas da cidade, que só terão um futuro saindo do local que vivem. Falta nos alunos afirmações de autoestima, que os mostre as virtudes que há em sua comunidade, da sua história local, que há um futuro para eles, mesmo que estudem nas escolas do campo. Precisam perceber que é um privilégio ser do campo, de aprenderem os saberes específicos do seu povo.

Entre muitos, um dos grandes desafios destacado pela diretora da escola Amélia Santos, é “a evasão escolar e o índice altíssimo de repetência, que se dá através do trabalho árduo com seus pais, a falta de merenda, transporte adequado, entre outros”. São representações dos alunos que estudam na escola de Santiago do Iguape, são jovens que precisam contribuir na renda familiar, que ajudam seus pais, que levantam antes do sol para pescar e retornam direto para escola, muitas vezes sem a primeira refeição. Tão somente, são os jovens que são das escolas do campo e que seus pais vivem das pescas, mariscos, etc.

Ao indagar à aluna Milena Borges, quanto a sonhos e projetos futuros a mesma contou que, “quer ir para a cidade, pois, aqui não há uma evolução, quer fazer faculdade e voltar para ajudar a escola da sua comunidade”. Ao refletir a fala da aluna Milena



Borges, percebemos a preocupação da aluna em contribuir com a escola que hoje estuda. O desejo de ver uma melhoria para os futuros alunos, a vontade de seguir os passos de alguém que hoje faz com que ela siga. Segundo Mandela:

A educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal. É através dela que a filha de um camponês se torna médica, que o filho de um mineiro pode chegar a chefe de mina, que um filho de trabalhadores rurais pode chegar a presidente de uma grande nação.

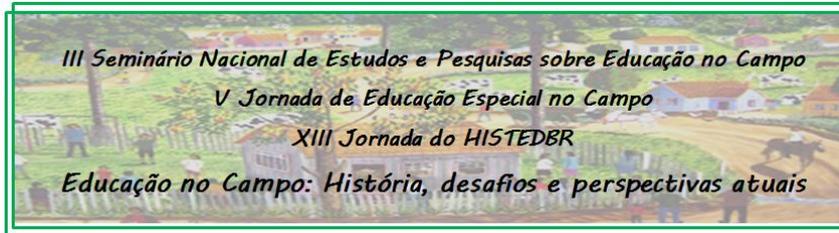
A partir do desejo da Milena Borges de regressar e fazer a diferença, só confirma que a escola do campo também estimula os alunos ali inseridos, não só para uma futura graduação de nível superior, mas principalmente, em deixar uma mensagem de que a comunidade é unida e se preocupa com o próximo. Ou seja, os jovens são o futuro da comunidade, são eles que darão continuidade a todo trabalho que tem sido desenvolvido na atual conjuntura.

Considerações Finais

O presente artigo teve como finalidade refletir sobre os avanços na educação do campo, os impasses e desafios que a escola da comunidade de Santiago do Iguape tem tido para uma educação com qualidade.

Através do estudo de textos e visita técnica na escola, foi possível alcançar o objetivo deste trabalho, trazendo relatos dos professores, da diretora e alunos que buscam uma melhoria na educação do campo. Melhoria essa, que é amparada por leis constitucionais e por falta de valorização e fiscalização adequada na educação, não é seguida. Segundo Teixeira, “só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que preparar as democracias, essa máquina é a da escola pública”.

Portanto, deve haver maiores investimentos com as escolas públicas e principalmente nas escolas do campo. Lá existem pessoas que são sujeitos de direitos, são seres pensantes, que exercem a cidadania e possuem uma grande riqueza cultural herdada na comunidade que vivem. De fato, desafios e impasses sempre existirão para uma educação com qualidade, houve avanços no surgimento das diretrizes operacionais para educação do campo, agora, cabe aos órgãos públicos exercerem o que foi posto no papel.



Referências

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, v. 4, Vozes, 2009.

CENSO DEMOGRÁFICO 2014. **Histórico da população**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>. > Acesso em: 20 de maio de 2015.

MOLINA, M. C; FREITAS, H. C. A. **Avanços e desafios na construção da educação do campo**. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2562/1751>>. Acesso em 3 de mar. 2015.

MOLINA, M. C. FREITAS, H. C. de A. **Educação do Campo**. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2652/1824>> Acesso em: 20 de maio de 2015.

PEREIRA, P. **A encruzilhada do transporte**: Grandes distâncias, falta de segurança e má qualidade das estradas são desafios para os gestores. Disponível em: <<http://revistapublica.uol.com.br/textos/33/a-encruzilhada-do-transporte-290787.asp>> Acesso em: 20 de maio de 2015.

SILVA, J.A. G. da. BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <<http://planalto.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2652/1824>> Acesso em: 20 de maio de 2015.

Santiago do Iguape. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Santiagodoiguape>> Acesso em: 20 de maio de 2015.

UNDESC. **Dos níveis e das modalidades de educação e ensino**. Disponível em: <<http://secon.udesc.br/leis/ldb/ldb5cap2.html>> Acesso em: 20 de maio de 2015.